



Boletim Informativo

VOLUME 04, DEZEMBRO DE 2021

ISSN 2595-766X

NESTA EDIÇÃO

- 2 **II CODEG**
- 4 **DOSSIÊ DADÁ
MESA-REDONDA**
- 5 **DOSSIÊ DADÁ
A ESCOLA E PRÁTICAS RACISTAS**
- 6 **DOSSIÊ DADÁ
VIDA MARIA**
- 7 **DOSSIÊ DADÁ
EPISTEMOLOGIA, FUNK FEMINISTA**
- 8 **DOSSIÊ DADÁ
RACISMO ESTRUTURAL**
- 9 **DOSSIÊ DADÁ
PLANTÃO PSICOLÓGICO**
- 10 **DOSSIÊ DADÁ
PROMOÇÃO DA ABSTINÊNCIA**
- 11 **DOSSIÊ DADÁ
PUTAFEMINISMO**
- 12 **O DADÁ FAZ
I CICLO DE WEBINÁRIOS**
- 13 **O DADÁ FAZ
CICLO DE PALESTRAS VIRTUAIS**
- 14 **O DADÁ FAZ
PARCERIA NA EXTENSÃO**
- 15 **É LAMPARINA, É DADÁ
O DADÁ E AS MULHERES**
- 16 **PANDEMIA E O PROCESSO
EDUCACIONAL BRASILEIRO**
- 17 **CONFLITOS FAMILIARES E
ORIENTAÇÃO SEXUAL**
- 18 **PADRÕES NORMATIVOS E
SIGNIFICADOS**
- 19 **DADÁ RECOMENDA**

EDITORIAL

É com prazer que apresentamos o segundo número do **Boletim Informativo** de 2021. Apesar dos ataques à pesquisa e ao trabalho das universidades, continuamos com a missão de divulgar tanto as ações do Dadá e as atividades acadêmicas de nossas parcerias quanto a produção científica nos estudos de gêneros e áreas afins.

Em virtude da realização do II Congresso Dadá de Estudos de Gênero, o **Boletim Informativo** traz o segundo Dossiê Dadá. Compõem o dossiê um resumo da programação do evento, uma matéria sobre uma das mesas-redondas do evento e sete textos convidados a partir das apresentações nos Grupos de Trabalho do II CODEG.

Para continuarmos divulgando as ações do Dadá, começamos com o Primeiro Ciclo de Webinários do Dadá, evento que se voltou para a comunidade acadêmica da UFRPE-UAST, contemplando temáticas afins dos cursos de graduação. Depois, Valéria Costa narra sua experiência à frente do Ciclo de Palestras Virtuais para Educação em Relações Étnico-Raciais nos Cursos de Ciências do IF-PE-Sertão. Daí, a professora Nicole Pontes registra mais uma ação de parceria entre o Dadá e o Escritório de Defesa da Mulher da UPE. Por último, apresentamos dois projetos de teor tecnológico encabeçados pela professora Lorema Moraes.

O segundo **Boletim Informativo** de 2021 também dá as boas-vindas a Roseane Amorim como integrante do Comitê Editorial. Nos textos diversificados dessa edição, o **Boletim Informativo** contempla as temáticas queridas ao Dadá. Trazemos, então, um relato de pesquisa sobre a produção acadêmica acerca da área de educação na pandemia e textos sobre as experiências de discentes na clínica escola da FACISST sobre heteronormatividade como fonte de sofrimento na família e o preconceito sofrido por homens homossexuais e afeminados em aplicativos para relacionamento.

Nas páginas finais do **Boletim Informativo**, contemplamos a divulgação de lançamentos de livros importantes na segunda metade de 2021.

Agradecemos as parcerias e autorias.
Tenham uma boa leitura.

II CONGRESSO DADÁ DE ESTUDOS DE GÊNERO

O Grupo Dadá mantendo seu compromisso com a atividade científica e o desenvolvimento de seus projetos de ensino, pesquisa e extensão realizou, apesar da pandemia de covid-19, o II Congresso Dadá de Estudos de Gênero - Educação, Trabalho e Perspectivas Libertadoras.

O II CODEG, realizado de modo inteiramente virtual devido à pandemia de covid-19, foi palco para o fortalecimento da produção acadêmica e científica na área dos estudos de gênero, sexualidade e saúde à luz dos temas de políticas públicas, feminismos, maternidade, trabalho (remunerado e não remunerado), movimentos sociais, relações étnico-raciais, desigualdades, educação e interseccionalidades ao longo de quatro dias de atividades acadêmicas.

O II CODEG ocorreu nos dias 25 e 26 de agosto de 2021 e 01 e 02 de setembro de 2021, com atividades concentradas à tarde e à noite. Nessas semanas, o II CODEG promoveu: uma conferência, três minicursos, duas mesas-redondas, três lançamentos de publicações e apresentação de comunicações orais em quatro grupos de trabalho.

A realização do evento articulou-se, especialmente, por meio da parceria com instituições de pesquisa francófonas ensejada pelo Consulado Geral da França no Recife. Foram partícipes do evento a professora Helena Hirata, socióloga e autora de vários livros e artigos sobre feminismo, maternidade e divisão sexual do trabalho; a professora Danièle Kergoat, referência no estudo das relações sociais, de gênero e de sexo, trabalho, movimentos sociais e teorias da ação; e a pesquisadora Maira Abreu, que cujo trabalho se volta para o pensamento feminista e para os movimentos feministas na França dos anos 1970 e 1980, bem como para o exílio de latino-americanas na França.

Vale salientar que Helena Hirata e Danièle Kergoat atuam no Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS, o maior órgão público de pesquisa científica da França e uma das mais importantes instituições de pesquisa do mundo.



II Congresso
DADÁ
de Estudos
de Gênero

Imagem 1: Logo do II CODEG

Abertura do II CODEG, realizada no dia 25 de agosto, com autoridades da UFRPE e da UAST foi coordenada pela professora Lorena Moraes. Em seguida, a Conferência de Abertura trouxe as falas de Danièle Kergoat e Helena Hirata acerca da Divisão sexual do trabalho e centralidade do trabalho de mulheres. A Conferência teve mediação da profa. Hildete Melo (professora da UFF e parceira de longa data do Grupo Dadá) bem como interpretação francês-português por Grégory Bole-Richard e português-LIBRAS pela equipe de acessibilidade da UFRPE.



Imagem 1: Logo da Mãedacaru

Após a Conferência, o II CODEG seguiu para a I Roda de Apoio Mãedacaru, promovida pela professora Marcela Cássia (UFRPE-UAST) e pela doula Rebeca Rocha (discente da UFRPE-UAST). A partilha de experiências de mulheres-mães na academia, a Roda Mãedacaru permitiu dar visibilidade às questões fundamentais para quem precisa conciliar a maternidade com as demandas de produtividade da vida acadêmica.

II CONGRESSO DADÁ DE ESTUDOS DE GÊNERO

Para encerrar o primeiro dia de II CODEG, à noite, foi realizado o Lançamento do Dossiê Mulheres Fora do Centro da Revista Espaço Acadêmico. O lançamento contou com a presença das professoras Leticia Carolina Nascimento (UFPI), Larissa Cavalcanti (UAST), Nicole Pontes (UAST) e Rafaela Cruz (UAST), organizadoras do Dossiê, para uma rápida introdução à Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido (RIMAS) e sua proposta de dar visibilidade às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas por mulheres acadêmicas no semiárido.



Imagem 1: Primeiro minicurso do II CODEG.

No dia seguinte, o II CODEG promoveu três minicursos: à tarde, a professora Helena Hirata realizou um profundo debate sobre *Perspectivas Feministas sobre Trabalho e Gênero* trazendo exemplos de diferentes contextos de trabalho enfrentados por mulheres, dando especial atenção à análise comparativa da realidade do trabalho feminino no Brasil, no Japão e na França, relacionando esses dados aos arcabouços teóricos desenhados a partir de uma perspectiva feminista das relações de trabalho.

Na sequência, a pesquisadora Maria Abreu conduziu uma retomada da articulação dos *Feminismos Materialistas*, com ênfase histórica fundamentada no Marxismo feminista Francês, chamando atenção para o sentido de radicalidade e luta coletiva das mulheres trabalhadoras, se diferenciando das raízes liberais do feminismo inglês mais popularizado.

À noite, os professores Márcio Caetano e Esmael Araújo lançam o II CODEG para as perspectivas libertadoras com o minicurso *Epistemologias Decoloniais*.

Na segunda semana de evento, o II CODEG promoveu seus quatro Grupos de Trabalho: gênero e educação e gênero, sexualidade e saúde com apresentações de comunicações orais no dia 01 de setembro e gênero e políticas públicas e gênero e relações étnico-raciais no dia 02 de setembro.

No dia 01 de setembro, houve o lançamento do livro *Oficinas Didáticas Interdisciplinares*, do prof. Thiago Araújo da Silveira (UFRPE-UAST) com mediação da professora Roseane Amorim (UFRPE-UAST), seguido da mesa-redonda *Feminismos e Interseccionalidade*, com as professoras Leticia Carolina Nascimento (UFPI) e Iamara Viana (UERJ, PUC-RJ) e mediação da professora historiadora Valéria Gomes (IF-Sertão-PE). Temos uma matéria dedicada à mesa-redonda, não deixe de conferir!

No último dia de II CODEG, além dos GTs já mencionados, foi realizado o lançamento do livro *Feminismo Camponês Popular*, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Com mediação da professora Lorena Moraes, o livro foi apresentado por Michela Calaça, que informou aos presentes sobre a construção do volume e as questões implicadas na articulação e nas práticas do MMC.

Por fim, encerrando o II CODEG, o prof. Thiago Araújo mediu a mesa *100 anos de Paulo Freire*, com a professora Inez Helena (UFF) e o professor Edmerson Reis (UNEB). A apresentação dos sentidos da prática freiriana e da importância do pensamento de Paulo Freire para a contemporaneidade foram abordados pela professora Inez Helena em uma fala melódica e permeada de poesia, ao passo que o professor Edmerson Reis concentrou sua fala nas discussões da produção de conhecimento contextualizado com foco particular no semiárido, fazendo da mesa a materialização da educação em perspectivas libertadoras.

Como fruto dessa intensa experiência, o II CODEG oferece seu *Caderno de Resumos*, o Dossiê II CODEG deste Boletim Informativo e a publicação do livro *Deslocamentos e permanências: desigualdades de gênero, raça e classe* (em produção).

Texto escrito por Larissa de Pinho Cavalcanti, Lorena Lima de Moraes, Nicole Louise Macedo Teles de Pontes, professoras da UFRPE-UAST e coordenadoras do Dadá da UFRPE/UAST.

DOSSIÊ DADÁ II CODEG

MESA-REDONDA: FEMINISMOS E INTERSECCIONALIDADE

O II Congresso Dadá Estudos de Gênero (CODEG) presenteou o público com uma mesa-redonda sobre Feminismos e Interseccionalidade, com mediação da professora Valéria Costa (IF-Sertão/PE) e as convidadas Iamara Viana (UERJ/PUC/RIO) e Letícia Carolina (UFPI).

Inicialmente, a professora Letícia Carolina destacou a importância de ler e referenciar autoras trans/travestis nacionais em trabalhos acadêmicos, pois autoras de outros países acabam tendo mais espaço e reconhecimento nas produções acadêmicas que autoras nacionais. A sororidade, segundo ela, é uma política de cuidados entre as mulheres, é referenciar as companheiras, participar dos grupos de estudos, dialogar e produzir conhecimentos de forma conjunta, dessa forma, há uma construção de empoderamento. A professora Letícia salientou que há uma dificuldade entre as mulheres de se reconhecerem enquanto irmãs, pois a colonialidade faz com que as mulheres sejam inimigas uma das outras. Uma grande conquista é o entendimento que mulheres não são inimigas, mas lutam contra um inimigo em comum: o regime colonial, branco-cêntrico, cis-heteronormativo burguês.

Na sequência, a professora Iamara explicitou dados alarmantes sobre o lugar ocupado por pessoas negras, mulheres e pessoas trans, demonstrando que isso parte da colonialidade que foi construída justamente para segregar, dominar.

A professora ressaltou suas vivências, sua formação e a relevância que a família tem nesse contexto, pois a falta de oportunidade para as pessoas negras é uma realidade e o apoio da família se torna necessário.



Imagem 1: divulgação da mesa-redonda.

A professora Iamara abordou, também, a obra de Lélia Gonzalez o quanto a história dela dialoga com a vida de tantas mulheres negras, e como Lélia falou de interseccionalidade mesmo sem usar o termo, pois as questões de classe, gênero e raça discutidas pela autora estão intrinsecamente ligadas. Além das falas das convidadas, a mediadora, Valéria Costa, articulou observações e reflexões acerca da interseccionalidade e da educação. Para a professora, essas discussões e análises sociais precisam ir para o chão da escola, pois o desenvolvimento para uma sociedade melhor precisa estar ligada à educação básica. A mesa-redonda contemplou diversos aspectos sociais e continua disponível no canal da UFRPE para quem quiser assistir ou rever. Foi uma discussão riquíssima e vale a pena conferir!

PARA SABER MAIS:

NASCIMENTO, Letícia Carolina. **Transfeminismo**. Editora Jandaíra, 2021.

VIANA, I. S.; GOMES, F. S.; COSTA, V. Narrativas, Escritas e Arquivos: Rearticulando Experiências E Fontes Sobre Mulheres Africanas No Brasil Oitocentista: Notas De Pesquisas. **Revista Transversos**, V. 1, P. 432-447, 2021.

Texto escrito por Maria Marcia da Silva, graduanda em Letras pela UFRPE-UAST, discente Bolsista do PET/CS Comunidades Populares, inserida no Programa de Iniciação Científica (PIC), realizando pesquisa sobre a interseccionalidade na pesquisa com os/as jovens no contexto escolar. Integrante do DADÁ: Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde.

DOSSIÊ DADÁ II CODEG

A ESCOLA PRODUZ PRÁTICAS RACISTAS

As reflexões aqui apresentadas são frutos do projeto de extensão: Cenas de racismo entre jovens do Sertão de Pernambuco – PE: construindo uma educação antirracista, realizado com estudantes do ensino médio de uma escola do Sertão de Pernambuco, em 2020, de modo online, devido à pandemia da Covid-19. No projeto descrito realizamos quatro rodas de conversa e discutimos com as/os jovens cenas de racismo presenciadas e/ou vivenciadas na escola.

Nos relatos das/os estudantes, observamos que as práticas preconceituosas e discriminatórias são produzidas pelas/os discentes e docentes através de piadas, xingamentos, apelidos, e o tratamento desigual das/os docentes em relação as/aos estudantes negras/os. Em uma das rodas de conversa, uma estudante relatou uma cena de racismo na escola: “A pior cena que presenciei foi uma professora branca falar sobre cotas, falar que todos têm direito, porque todos têm descendência negra [...]”. E outro estudante continuou: “As que falam isso, são as mesmas que são contra as cotas, como justificativa de meritocracia no Brasil. Piada!”.

Nesses relatos, fatores sociais, políticos e econômicos estão presentes. Observamos que a professora descrita na cena não compreende as cotas como uma política pública que tem o objetivo de reparação histórica, a fim de corrigir desigualdades raciais e socioeconômicas, em um país como o Brasil, em que o racismo é um sistema opressor estruturante da sociedade (ALMEIDA, 2019).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Texto escrito por José Willian de Souza Silva, discente do curso de Letras e bolsista PET/CS e PIC (UFRPE-UAST), Maria Marcia da Silva, discente do curso de Letras e bolsista PET/CS e PIC (UFRPE-UAST) e Roseane Amorim da Silva, professora de psicologia (UFRPE-UAST).



*Imagem 1: Metáfora para o ambiente escolar.
Fonte: PIXBAY.*

Os relatos acima podem também ser refletidos a partir do pensamento de Munanga (2005), quando ele diz que nem todas/os as/os docentes estão preparadas/os para lidar com as questões étnico-raciais em sala de aula. Nesse sentido, para que possamos construir uma educação antirracista, precisamos ampliar o debate sobre o racismo nas instituições educacionais e nos diferentes setores sociais. Assim, as/os docentes poderão trabalhar para garantir a diversidade étnico-racial.



*Imagem 1: Educação antirracista.
Fonte: Portal Lunetas.*

PARA SABER MAIS:

Recomendamos conferir os **30 conteúdos para a prática de uma educação antirracista** disponível no Portal Lunetas que compreendem reflexões, leituras literárias, música, materiais audiovisuais e iniciativas educacionais para uma educação antirracista. Como diz Angela Davis, “não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”. Você pode conferir o material aqui: [link](#).

Texto escrito por Larissa de Pinho Cavalcanti, professora da UFRPE-UAST e coordenadora do Dadá da UFRPE/UAST.

DOSSIÊ DADÁ II CODEG

VIDA MARIA: OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO DAS MENINAS RURAIS

A luta por acesso à educação no território rural, historicamente, tem sido pauta nas lutas dos movimentos sociais. Hoje, ainda é enorme o desafio diante da garantia de acesso e permanência na escola dos sujeitos desse grupo – sejamos ainda mais específicos quando nos referimos para as sujeitas mulheres.

Neste contexto, a pandemia da covid-19, tem sido uma causa adicional para a segregação das alunas de escolas nas áreas rurais, contribuindo para seu retorno aos aprisionamentos do espaço doméstico e distanciando-as da escola, muitas vezes o único espaço público que elas têm acesso.

“A rotina se tornou cansativa e o ambiente com pessoas que não acham o estudo uma coisa importante atrapalha muito e dói bastante” (M. de F., 16 anos)

Nossa análise é escrita a partir dos relatos de meninas rurais, estudantes do ensino médio, de escola pública, que residem no município de Assaré, uma cidade localizada ao Sul do Ceará.

O relato das meninas nos remete a uma analogia com o curta-metragem “Vida Maria”, em que meninas são impedidas de avançar nas primeiras letras, de estudar, para cumprir um ciclo de vida determinado para as mulheres rurais.

Texto escrito por Maria Liliane Rosado Rodrigues, mestranda em Educação da URCA; Dr^a Antônia Eudivânia de Oliveira Silva, integrante do Laboratório de estudos e pesquisas em gênero, educação, sexualidades e diversidades (LEGRAR) /URCA.



Imagem 1: cenas de “Vida Maria”;
Fonte: catracalivre.com.br

A exigência do isolamento social trouxe graves implicações, como baixo rendimento escolar, maior tempo nos serviços domésticos e nas tarefas do cuidado, menor tempo para a escola, exposições constantes a situações de violência, desenvolvimento de transtornos psicológicos como ansiedade e depressão.

Nas Marias do filme, vejo as Marias do estudo, relutando para cruzar a fronteira da marginalização e construírem-se em resistências.

PARA SABER MAIS:

Recomendamos a leitura do texto *Distanciamentos e permanências das mulheres rurais na educação: problematizando as relações de gênero em trajetórias de alunas da EJA-Campo*, de autoria de Shana Sieber, integrante pesquisadora do Dadá e Lorena Moraes, professora e coordenadora do Dadá. O texto é um dos capítulos do livro *Educação do Campo e suas interfaces* publicado pela editora da UFPE.

Leitura igualmente interessante é o artigo “*Se eu não tivesse casado, eu não tinha parado de estudar*”: desafios para igualdade de gênero no acesso à educação de jovens e adultos do campo à cidade publicado na revista #tear. Essa rica provocação acerca das relações de gênero no acesso à educação, a partir do contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do município de Triunfo, sertão de Pernambuco, problematiza as desigualdades de gênero somadas às dificuldades de mobilidade junto aos estudantes da EJA Regular e Campo em duas escolas públicas. O artigo pode ser lido aqui: [link](#)

Texto escrito por Larissa de Pinho Cavalcanti, Lorena Lima de Moraes, Nicole Louise Macedo Teles de Pontes, professoras da UFRPE-UAST e coordenadoras do Dadá da UFRPE/UAST.

DOSSIÊ DADÁ II CODEG

EPISTEMOLOGIA, FUNK FEMINISTA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais necessitam de personagens que promovam uma coesão de ideias, de uma identidade para lutar por algum objetivo (GOHN, 1997). A música em seu aspecto democrático (OLIVEIRA; BASTOS, 2016) pode possuir caráter contestador e educativo (COELHO, 2013). Associada a novos movimentos sociais (BEM, 2006), vislumbra-se que, nos subúrbios, rap e funk possuem destaque denunciador e informativo para a sociedade (ENCARNAÇÃO, 2011).

No contexto em que a cultura de massa promove uma alienação (BARBOSA, 2018), as redes sociais são um meio de divulgação interessante e, embora algoritmos possam limitar a capacidade deste mercado (ZATTA, 2018), a mensagem costuma ser transmitida, provocando um empoderamento.



Imagem 1: "RUAS Convida MC Carol", 07 dez. de 2019, Ceilândia (DF)". Fonte: midianinja

O funk feminista é um exemplo da associação entre música e movimento social (BARBOSA, 2018). A partir de músicas da MC Carol, MC Tha, Tati Quebra-Barraco, entre outras, desenvolve-se a valorização da mulher, denunciando a violência doméstica e transmitindo ideais feministas para questionar valores de uma estrutura social patriarcalista. Logo, o trabalho que apresentamos objetiva, principalmente, investigar epistemologias no aprendizado de valores libertadores de amarras sociais, para isso, especifica-se a necessidade de se compreender as relações entre o funk feminista, movimentos sociais e a importância da internet neste processo. A metodologia utilizada consiste na dedução e uma técnica de pesquisa bibliográfica de documentação direta e indireta, incluindo trabalhos científicos, letras de músicas, vídeos de apresentações e fontes jornalísticas.

Conclui-se preliminarmente que a música é uma ferramenta útil e democrática para informar, denunciar, contestar e reivindicar direitos, conseguindo alcançar novos adeptos em lutas por movimentos sociais como o feminismo, promovendo uma educação popular.

REFERÊNCIAS

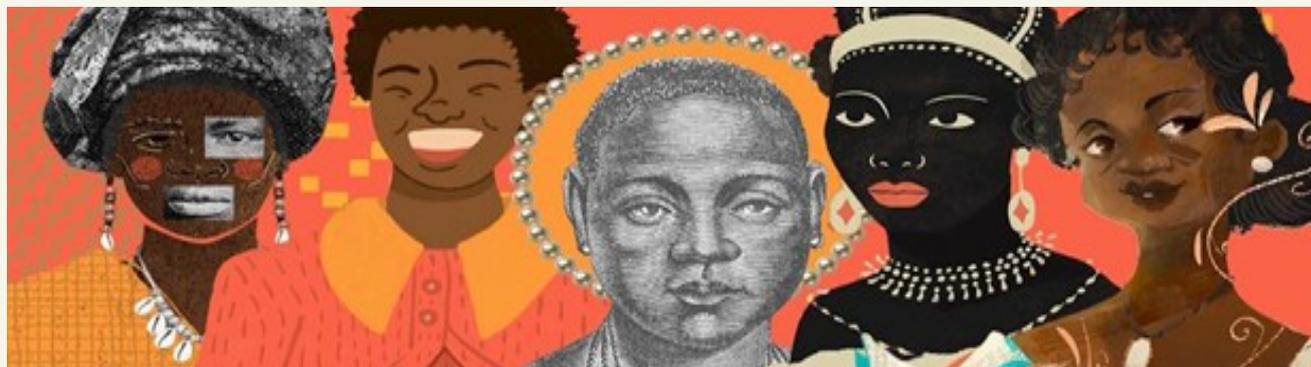
- BARBOSA, Karina Moritzen. Representação e ativismos musicais de gênero: os espaços ocupados pelo ativismo da mulher na cena de música nacional. **Trama: indústria criativa em revista**, v. 6, n. 1, 2018.
- BEM, Arim Soares do. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX**. Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 97, 2006.
- COELHO, Natally Ferreira. **Direito e arte: a música como ferramenta social em defesa dos direitos e garantias fundamentais**. 2013. 24 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2013.
- ENCARNAÇÃO, Paulo Gustavo da. Rock in Rio: um festival (im)pertinente à música brasileira e à redemocratização nacional. **Patrimônio e Memória (UNESP)**, v. 07, 2011.
- GOHN, M. G. 1997. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola.
- OLIVEIRA, Amanda Muniz; BASTOS, Rodolpho Alexandre Santos Melo. Direito, rock e desilusão: representações do direito na música "... And Justice for All.", do Metallica. **REDES – REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E SOCIEDADE**.
- ZATTA, Eduarda Lugão de Souza. **Arte-protesto: um estudo do papel da música de protesto na democratização da sociedade brasileira..** 2011. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2011.

Texto escrito por Ítalo Prudente Ribeiro, mestrando em Direito pela UFERSA e Vinicius Efraym Siqueira Lopes Soares, mestrando em Direito pela UFERSA e professor temporário da URCA/UDI.

DOSSIÊ DADÁ II CODEG

O RACISMO ESTRUTURAL COMO UM DOS POTENCIALIZADORES DO SOFRIMENTO PSÍQUICO DA MULHER NEGRA NO BRASIL

Imagem 1: Heroínas negras do Brasil. Fonte: azmina.



O presente estudo é fruto de um projeto de pesquisa que tem por objetivo geral compreender os impactos do racismo estrutural no sofrimento psíquico da mulher negra no Brasil, buscando apontar os principais fatores sócio-históricos originários das desigualdades interseccionais no país. Para isso, o trabalho parte do conceito de racismo estrutural e analisa a relação desse racismo com o sofrimento psíquico da mulher negra.

Para se alcançar tais objetivos, a priori, o projeto utiliza uma metodologia qualitativa, baseada na análise exploratória de diversas obras, traçando diálogos entre autoras e autores, tais como Silvio de Almeida, Cida Bento, Lélia Gonzalez, Neusa Santos, Frantz Fanon, bell hooks, Grada Kilomba, Sueli Carneiro, dentre outras e outros. Se observa, preliminarmente, que os padrões racistas alimentados pela sociedade brasileira e suas instituições são produtos de toda uma estrutura forjada na discriminação racial.

A população negra feminina sempre ocupou um espaço de um ser explorado em todas as suas dimensões, sofrendo inúmeras formas de agressões físicas e psicológicas. Dados do Ipea e do IBGE (2018) mostram que as mulheres negras são a minoria em ocupar postos efetivos e regulares de trabalho, em ter casamentos certificados e habitar em moradia com serviços de saneamento básico. Logo, as mulheres negras vivem sob um cabo de força psíquico entre a potencialidade de empreender a força e a vivacidade ancestral presente nas vísceras, de um lado, e a sensação de rejeição e invisibilidade social, de outro, já que para serem percebidas, precisam se evidenciar muito mais que qualquer outro ser humano.

Texto escrito por Lays Ferreira e Fabiane Cavalcante formadas pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda.

REFERÊNCIAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censos 2018**. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e pesquisas, Informação demográfica e socioeconômica, n. 41, 2019.

PARA LER MAIS:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**, 17(49), 2003, p. 117-132.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**, Rio de Janeiro: Editora Marco Zero limitada, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOOKS, bell. **Eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**, Rio de Janeiro: Editora de Livros Cobogó, 2020.

SOUSA, Neusa Santos. **Torna-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DOSSIÊ DADÁ II CODEG

PLANTÃO PSICOLÓGICO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA DELEGACIA DA MULHER (DEAM) DE AFOGADOS DA INGAZEIRA: UMA PERSPECTIVA DE SAÚDE MENTAL

A pesquisa apresentada visa desenvolver uma articulação teórica e prática do plantão psicológico, enquanto alternativa instrumental técnico na perspectiva da ciência psicológica de atendimento e acompanhamento às mulheres em situação de violência doméstica, no que se refere a saúde mental. Para compreensão do fenômeno, foi feita uma discussão teórica acerca das relações de poder, gênero, sexualidade e saúde mental na visão dos filósofos Michel Foucault, Simone de Beauvoir e o pai da Psicanálise Sigmund Freud.

O objetivo do projeto de pesquisa e extensão visa acolhimento do sofrimento psicológico da mulher em situação de violência, numa perspectiva de propiciar saúde mental. No que se refere ao processo metodológico, foi introduzida a técnica psicanalítica de associação livre numa perspectiva psicoterapêutica, enquanto estratégia desenvolvida nos atendimentos do plantão psicológico na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Afoogados da Ingazeira/PE.

O atendimento psicológico tem o objetivo de acolhimento do sofrimento mental das mulheres que procuram a DEAM. A chegada da mulher no serviço pode se dar de forma espontânea ou por encaminhamentos através da Rede de Saúde Mental do município, possibilitando as mulheres utilizar-se do serviço a ela disposto, de modo a contribuir no encaminhamento de suas demandas a partir da escuta qualificada e proporcionar durante o processo psicoterapêutico sua autonomia e autoestima.

Texto escrito por Heleno Pereira Nunes. Professor do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde de Serra Talhada (FACISST).

PARA SABER MAIS:

Sugerimos a leitura do documento de referência para atuação dos psicólogos em serviços de atenção à mulher em situação de violência, disponibilizado para consulta pública em dezembro de 2011. Esse documento é mais uma iniciativa no sentido de somar esforços para as discussões e as experiências da Psicologia brasileira no âmbito dessa importante temática. Promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e realizado com a metodologia do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), o documento foi elaborado por uma comissão de especialistas ad-hoc, a convite do CFP, em diálogo com os resultados da Pesquisa sobre as Práticas do (a) Psicólogo (a) em Serviços de Atenção às Mulheres em Situação de Violência.

O documento de referência está dividido em quatro eixos: dimensão ético-política, que faz um levantamento sobre a violência contra mulher e os principais marcos históricos e legais em seu combate; psicologia e mulher, voltado para a violência nas relações de gênero e o papel da psicologia para lidar com as diferentes formas de violência enfrentadas pelas mulheres; o psicólogo e a rede, que explica como funciona a rede de atendimento à mulher vítima de violência e as instâncias para o trabalho de psicólogos/as do acolhimento ao acompanhamento ou encaminhamento; a gestão do trabalho, por fim, propõe algumas estratégias de atuação para psicólogos/as em função também do risco a que ficam expostos em sua atuação.

Dentre as conclusões do documento, cita-se que “O atendimento da crise não é suficiente. O papel do(a) psicólogo(a) é o de promotor de reflexões e de processos de conscientização das mulheres para que elas possam fazer novas escolhas e reconstruir suas vidas.” (Crepop, 2011, p. 54). O documento está disponível aqui: [link](#).

Texto escrito por Larissa de Pinho Cavalcanti, professora da UFRPE-UAST e coordenadora do Dadá da UFRPE/UAST.

DOSSIÊ DADÁ II CODEG

A PROMOÇÃO DA ABSTINÊNCIA SEXUAL ENTRE ADOLESCENTES COMO POLÍTICA PÚBLICA: O QUE DIZ A LITERATURA?



Imagem 1: Campanha nacional de combate a gravidez precoce no Brasil. Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)

A atuação de organizações religiosas, em especial da Santa Sé, apoiadas por populistas de direita conservadora, irão se transformar campanhas antigênero em um fenômeno transnacional, tendo como foco uma intervenção especial na América Latina (CORRÊA, 2018; PATERNOTTE; KUHAR, 2018). Nesse contexto, surge o debate sobre a chamada “ideologia de gênero”, que tem assombrado diversos países, sendo o Brasil um deles, no qual os direitos das mulheres, os direitos sexuais e reprodutivos e a sexualidade têm sido questionados e ameaçados por grupos religiosos, com apoio da direita brasileira (CORRÊA; KALIL 2020).

Nesse cenário, surge o debate sobre abstinência sexual em território nacional, em sintonia com a agenda antigênero que vem sendo construída e apoiada pela direita brasileira, com apoio de grupos conservadores e religiosos.

A justificativa para tal medida tem sido fundamentada em argumentos de cunho moral e religioso, sem o respaldo de evidências que tomem em consideração a avaliação de políticas similares já implementadas no passado ao redor do mundo.

A partir de pesquisa documental e revisão bibliográfica internacional (CABRAL; BRANDÃO, 2020; DARROCH et. al., 2000; GIRARD, 2005; LINDBERG et. al., 2006), analisamos a campanha “Adolescência primeiro, gravidez depois – tudo tem seu tempo” do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos à luz do debate internacional e da oferta de educação sexual nas escolas brasileiras. Salientamos que este trabalho faz parte da dissertação em andamento da autora Letícia Mendes Pereira, sob a orientação e supervisão da professora Joice Melo Vieira.

PARA SABER MAIS:

A Polêmica sobre Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de indicar a abstinência sexual como método eletivo para prevenção da gravidez na adolescência e outras situações de risco à saúde reprodutiva e sexual começou ainda em janeiro de 2020. Em nota oficial, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) defende o direito que adolescentes e jovens possuem quanto à importância de conhecer seu próprio corpo e receber informações e cuidados adequados à saúde reprodutiva. Por isso, a Sociedade defende a educação que aborda sexualidade e saúde reprodutiva, tanto no meio familiar quanto na escola, com abordagem científica, e nos programas de promoção à saúde com a criação de espaços de comunicação e implementação das políticas públicas.

Leia a nota disponível aqui: [link](#) para dados concretos de levantamentos sobre a América Latina e sobre as reais recomendações da SBP em consonância com outros órgãos de regulamentação e promoção da saúde.

Textos escrito por Letícia Mendes Pereira, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Demografia (IFCH/Unicamp) e Joice Melo Vieira, professora do Departamento de Demografia (IFCH/Unicamp), vinculada ao NEPO/Unicamp.

DOSSIÊ DADÁ II CODEG

PUTAFEMINISMO: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA A REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO

Segundo Roberts (1998), nas sociedades primitivas as prostitutas eram consideradas sacerdotisas, condutoras de um ritual sagrado. A associação ao pecado e a escória adveio com a ascensão do cristianismo na medievalidade, demonizando o sexo estéril e vitimizando as prostitutas, pecadoras a serem salvas, como Madalena (RAGO, 2014). Sob a perspectiva marxista, também há um discurso na necessidade de resgatar a prostituta - Kollontai (1921) vê a prostituição como ameaça à sociedade, devendo ser eliminada quando as bases do comunismo estiverem estabelecidas.

Divergindo do discurso de vitimização da prostituta, surge o Putafeminismo. A corrente se propõe a trazer as prostitutas ao centro do debate e desenvolver uma ótica feminista. Erradicar a prostituição é utopia, o que se deseja é respeito, proteção, sexo consentido, descriminalização dos prostíbulos e justa remuneração (PRADA, 2018).

Em nossa pesquisa, o objetivo geral é investigar os discursos sobre a prostituição no cenário nacional e de forma específica questionar a regulamentação como forma de concretização de direitos fundamentais. Através de pesquisa bibliográfica, análise de livros e artigos científicos, pode-se encontrar alternativas pertinentes para discutir-se sobre a regulamentação da profissão, como forma de pôr fim ao silenciamento. O Putafeminismo considera a legislação atual um entrave para o exercício da profissão, pois impede as prostitutas de estabelecerem relações de emprego. Deste modo, conclui-se que o Estado estaria as diferenciando, quando nega o direito de reconhecimento laboral. A solução apresentada é a revogação dos artigos do Código Penal referentes ao rufianismo, como forma de permitir a concretização de direitos.

REFERÊNCIAS

- KOLLONTAI, A. **A prostituição e as maneiras de combatê-la**. Acessado 18 de julho de 2021. <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1921/mes/prostituicao.htm>.
- PRADA, M. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018
- RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- ROBERTS, N. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

Texto escrito por Vinicius Efraym Siqueira Lopes Soares, mestrando em Direito na UFERSA, professor temporário da URCA/UDI e Ítalo Prudente Ribeiro, mestrando em Direito pela UFERSA.

PARA SABER MAIS:

Se você ainda não conhece bem o putafeminismo e quer mergulhar nesse tema, o Dadá indica a leitura do livro de Monique Prada, um misto de ensaio e manifesto com as ideias que servem de base para o movimento que dá voz às trabalhadoras sexuais e fortalece a luta dessas mulheres por direitos. A edição conta com o prefácio da brasileira Amara Moira, travesti e ativista militante da causa LGBTQ+, doutora em teoria e história literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/Unicamp). Também é possível ouvir a própria autora discutindo suas ideias no Podcast Olhares disponível aqui: [link](#).



Texto escrito por Larissa de Pinho Cavalcanti, professora da UFRPE-UAST e coordenadora do Dadá da UFRPE/UAST.

O DADÁ FAZ

I CICLO DE WEBINÁRIOS DO GRUPO DADÁ

O Grupo Dadá de Estudos de Gênero, Sexualidade e Saúde realizou durante o mês de setembro o I Ciclo de Webinários do Dadá. Com o objetivo de aproximar discentes e docentes da UFRPE-UAST das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Grupo Dadá, foram planejados três webinários com colaboração de docentes de diferentes instituições de ensino superior.

O primeiro Webinário, intitulado *Saúde mental de quem trabalha*, foi pensado para os cursos de administração e economia pelo viés da psicologia do trabalho. Realizado no dia 23 de setembro, este primeiro evento contou com a presença da Profa. Juliana Catarine, docente da UPE, doutora em psicologia, que discutiu os sofrimentos relacionados à atividade laboral e a intensificação desses processos durante a pandemia de covid-19, quando não somente os locais de trabalho, mas as rotinas de quem trabalha e as relações entre colegas foram alteradas. A professora salientou ainda, o agravamento das condições de trabalho das mulheres e, em particular, das mulheres negras no Brasil.

O segundo webinário, *Extensão Rural e Agroecologia no Nordeste*, realizado no dia 24 de setembro, foi ministrado pelo prof. Caio Meneses da UFPI com foco nos cursos de Agronomia, Zootecnia e Engenharia de Pesca. O ministrante, egresso da UFRPE-UAST, começou sua fala com poesia e com uma narrativa melódica e contundente articulou sua reflexão sobre o significado de viver em uma área rural e as implicações e atividades envolvidas no desenvolvimento da Convivência com o Semiárido. Pela interlocução com o professor, também foi possível explorar as questões de gênero no meio rural em função das propostas de trabalho da agroecologia em uma perspectiva feminista.

Por fim, o Dadá realizou o Webinário *Três Pilares para o Cordel*, ministrado por Carla Santana e Thaynnara Queiroz, no dia 28 de setembro, com foco na Licenciatura em Letras. Na primeira parte do webinário, as integrantes do Clube do Cordel em Afogados da Ingazeira fizeram um primeiro contato entre público e cordel, salientando a história e as funções do cordel na sociedade, bem como suas características gerais. Na segunda parte, o foco caiu sobre o tema do webinário propriamente dito: os três pilares, ou os três elementos principais para a composição do cordel. Elementos como métrica, rima, narrativa e melodia foram articulados em uma proposta de facilitação para a escrita do cordel.

Para as próximas edições dos Ciclos de Webinários, o Grupo Dadá pretende não somente resgatar esse primeiro contato com discentes dos cursos, mas expandir suas atividades para contemplar, de fato, os nove cursos da UFRPE-UAST e estar em diálogo intenso com a vivência da comunidade acadêmica da UFRPE-UAST.



Imagens 1, 2 e 3: Divulgação do I Ciclo de Webinários do Dadá

Texto escrito por Larissa de Pinho Cavalcanti, Lorena Lima de Moraes, Nicole Louise Macedo Teles de Pontes, professoras da UFRPE-UAST e coordenadoras do Dadá da UFRPE/UAST.

O DADÁ FAZ

CICLO DE PALESTRAS VIRTUAS EM EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE CIÊNCIAS & TECNOLOGIA

Em 2021, a Lei nº. 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira em todas as áreas do conhecimento, completou maior idade. Todavia, os esforços concentrados por educadoras e educadores para que a referida lei e a sua alteração – Lei nº 11.645/08, que designou também o ensino da História Indígena – ainda não reverberaram a contento nos bancos escolares. O descaso ou desconhecimento de professoras e professores, coordenações pedagógicas e gestão escolar em relação às Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e suas atualizações é um dos maiores empecilhos para concretizarmos a efetivação de uma prática educacional antirracista.

Portanto, almejando o fomento da implementação efetiva da Lei nº. 10.639/03 nas Ciências & Tecnologias, o IF Sertão PE, *campus* Serra Talhada, promoveu o *Ciclo de Palestras Virtuais em EREER* para discutir a urgência desse trabalho por parte das(os) professoras(es) e para concretizar um ensino antirracista promotor da cidadania da juventude na educação básica e no ensino superior. A atividade foi promovida pelo CARCARÁ – Grupo de estudos e pesquisas em humanidades, educação, linguagens e suas tecnologias - e o curso de Licenciatura em Física, com o apoio do DADÁ, com o objetivo de levar o debate sobre O evento foi coordenado pela Profa. Dra. Valéria Costa, que ministra a disciplina de Educação para as Relações Étnico-raciais no IF Sertão e desenvolve projeto de pesquisa na aludida área, contando ainda com a monitoria dos estudantes Emerson Lima, bolsista PIBIC/CNPq, e Elton Barbosa, graduando da licenciatura de Física.

O referido Ciclo de Palestras iniciou-se no dia 10 de março e encerrou-se no dia 12 de julho, recebendo docentes, pesquisadoras(es) e profissionais de saúde como a bióloga Rose Santos, Coordenadora de Saúde da População Negra do Estado de Pernambuco; a Profa. Dra. Anna Maria Canavarro Benite, do Departamento de Química, da UFG; o Prof. Dr. Thiago Silveira, do Departamento de Química, da UFRPE/UAST; Rosário Trindade, Enfermeira do CISAM e ativista da Articulação Nacional da Enfermagem Negra – ANEN; a Profa. Dra. Iamara Viana, historiadora da saúde, da PUC-Rio; o Prof. Dr. Nilton Almeida, historiador das Ciências, da UNIVASF; Nathália Savione, Mestra em Educação, especialista em Novas Tecnologias, servidora da UFPR. Coube à Profa. Msa. Márcia Farias, docente de história do *campus* Salgueiro, fazer a conferência de encerramento do evento, no dia 12 de julho.

O evento recebeu entre cinquenta e noventa pessoas em todas as palestras. Estiveram presentes docentes, discentes de graduação e pós-graduação de diversas instituições brasileiras, profissionais de saúde, gestores(as) e ativistas de movimentos sociais, representando várias regiões de Pernambuco e estados brasileiros, como Rio Grande do Norte, Paraíba, Pará, Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina. As atividades ocorreram pela plataforma Google Meet, com uma carga horária de 16 horas total.

Texto escrito por Valéria Gomes Costa, historiadora, professora do IF Sertão PE, Campus Serra Talhada, docente na Licenciatura de Física, líder do grupo CARCARÁ: Grupo de estudos e pesquisas em humanidades, educação, linguagens e suas tecnologias/IF SERTÃO PE e membro do Dadá: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde da UFRPE/UAST.

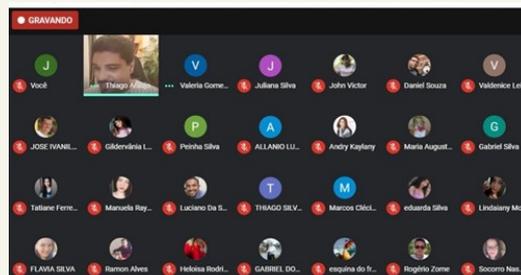


Figura 1: A formação do(a) professor(a) de matemática e ciências em contextos quilombolas, com Thiago Silveira UFRPE-UAST, 28 abr. 2021. Fonte: a autora



Figura 2: História e Tecnologias Africanas, com Márcia Farias (IF-Sertão, Salgueiro) em 12 jul. 2021. Fonte: a autora

O DADÁ FAZ

PARCERIA NA EXTENSÃO: 21 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

No último dia 09 de dezembro o Dadá esteve presente na atividade de extensão e segunda edição do Semeando Agora para haver no futuro: ações dos 21 dias de ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, no campus da UPE Arcoverde. O evento foi idealizado pelos professores Denise Luz e Felipe Bona, coordenadores do Escritório de Defesa da Mulher (EDM- UPE – Arcoverde), em parceria com o Refloresta UPE Arcoverde e o Dadá.

Na ocasião foi realizada uma Roda de Conversa com o tema: O papel dos homens no combate à violência contra a mulher, coordenada pelos professores Nicole Pontes (Dadá/UAST-UFRPE) e Felipe Bona (EDM/UPE – Arcoverde). A roda de conversa contou com a participação de estudantes de diversos cursos, administradores e funcionários do campus da UPE-Arcoverde, bem como teve a participação especial de Micheline Valério (Casa da Mulher de Arcoverde), Nilton Oliveira (Refloresta Arcoverde) e Tocha Ribeiro (Refloresta Arcoverde e Trilhas do Portal PE).

Durante o evento, foi inaugurado o painel que nomeia a Praça Centenário Paulo Freire e, ainda, realizado o plantio de 21 mudas de ipês, árvore que simboliza a renovação, já que passa por um ciclo de perda de todas as suas folhas, seguindo viva para, então, florir. A Professora Denise Luz salienta que os ipês nos lembram da luta das mulheres para sobreviver em meio ao caos da violência, mas também a sua capacidade de romper esse ciclo, renovando-se e florescendo para novas experiências.

Texto escrito por Nicole Louise Macedo Teles de Pontes, professora da UFRPE-UAST, coordenadoras do Dadá da UFRPE/UAST e integrante da RIMAS.



*Imagens 1 plantio de mudas de ipê.
Fonte: a autora*



*Imagem 2 Nicole Pontes e Felipe Bona.
Fonte: a autora*

DADOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Em 2020, segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foram registradas 105.821 denúncias de violência contra a mulher nas plataformas do Ligue 180 e do Disque 100. De acordo com o Ministério, 72% dessas denúncias envolvia violência doméstica e familiar e, do total das denúncias, 27% foram de violências contra crianças ou adolescentes e 25% de violências contra idosos. A maioria das denúncias de violência contra mulher tem como vítimas mulheres declaradas como de cor parda de 35 a 39 anos. De acordo com levantamento sociodemográfico, o perfil médio da mulher vítima de violência doméstica inclui ensino médio completo e renda de até um salário mínimo. Para mais informações, recomendamos a leitura da matéria “Violência contra a mulher aumentou no último ano, revela pesquisa do DataSenado”, disponível em: link

Texto escrito por Larissa de Pinho Cavalcanti, Lorena Lima de Moraes, Nicole Louise Macedo Teles de Pontes, professoras da UFRPE-UAST e coordenadoras do Dadá da UFRPE/UAST.

O DADÁ FAZ

É LAMPARINA, É DADÁ

E o Dadá continua gerando projetos!

Em parceria com a ONG Casa da Mulher do Nordeste (CMN) e com a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE), o Dadá irá desenvolver o projeto *Lamparina: a tecnologia como solução para o isolamento socioespacial de mulheres rurais em situação de violência*. A ideia do projeto surge com a escassez de dados oficiais sobre as violências sofridas pelas mulheres do campo para viabilizar um aplicativo que funcione como um instrumento para coleta de dados sobre a situação de violência contra as mulheres rurais no estado de Pernambuco, além de sistematizar informações para as mulheres localizarem em seus municípios equipamentos oficiais de atendimento especializado à mulher, como as delegacias de atendimento especializado à mulher, delegacias comuns, casas-abrigo, Centro Especializado de Atendimento à Mulher e coletivos ou grupo de mulheres que realizam atividades de fortalecimento da autoestima, empoderamento, cursos de aperfeiçoamento, rodas de diálogos entre mulheres, autonomia econômica, etc.

O Lamparina, também tem o intuito de promover a integração de profissionais da área do Direito e Psicologia, que se disponibilizarem a atender de maneira gratuita e conectar essas/es profissionais às mulheres rurais, neste sentido, será fundamental a parceria com os conselhos regionais e com grupos de pesquisa das universidades que realizam atendimentos gratuitos. Além disso, o aplicativo será um poderoso instrumento de coleta de dados sobre a situação da violência contra as mulheres rurais pernambucanas, de modo que iremos realizar um levantamento por município a fim de identificar onde estão essas mulheres em situação de violência, qual sua faixa etária, a cor, etnia, a quantidade de vezes que já sofreram violência, o grau de proximidade com o agressor, se já realizaram denúncia e o tipo de violência sofrida. Mais ainda, espera-se que, a longo prazo, o aplicativo proporcione maior qualidade de vida para as mulheres do campo, oferecendo a elas uma rede de colaboração de profissionais e informações sobre equipamentos sociais em sua proximidade através do aplicativo Lamparina.

O DADÁ E AS MULHERES NO CANGAÇO

Calma que o Dadá não para!

Como parte das atividades do projeto Um Olhar Interdisciplinar para o Cangaço, as professoras do Dadá Lorena Moraes e Roseane Amorim, com apoio da monitora bolsista Aimê Pordeus estão à frente de uma atividade de pesquisa e divulgação científica sobre a presença de mulheres no cangaço.

Usando o Instagram como plataforma para divulgação, desde 24 de setembro podemos acompanhar e aprender com as pesquisas do grupo. Já foram apresentados os seguintes temas: O ingresso das mulheres no cangaço; Relações raciais e cangaço; Religiosidade no cangaço; Identidade visual do cangaço (partes 1 e 2); Relações entre cangaceiros/as e indígenas; e o mais recente até o fechamento deste Boletim: O que motivou a entrada de mulheres no Cangaço?

As postagens ricas em conteúdos e fontes para novas leituras podem ser conferidas no [@dadaufrpe](https://www.instagram.com/dadaufrpe).



Imagem 2
posts sobre
mulheres e
cangaço.
Fonte:
[@dadaufrpe](https://www.instagram.com/dadaufrpe)

A PANDEMIA DA COVID-19 E O PROCESSO EDUCACIONAL BRASILEIRO

A pandemia da Covid-19 iniciada em março de 2020 ocasionou uma série de problemáticas e acentuou outras já existentes no nosso país e no mundo. A partir de algumas inquietações e do interesse de conhecermos o que os estudos têm visibilizado sobre as consequências da pandemia na educação, realizamos uma revisão da literatura em outubro de 2021, com o objetivo de mapear pesquisas acadêmicas voltadas para essa discussão. Através do Google Acadêmico, utilizamos o descritor “Educação e pandemia”, em uma busca avançada que compreendeu o período de abril de 2020 a setembro de 2021. Localizamos 71 artigos, dos quais 50 estudos foram descartados pela incompatibilidade de conteúdos com o objetivo da nossa pesquisa, e assim ficamos com 25 artigos para tecermos análises e reflexões. Dos textos selecionados, apenas dois serão mencionados diretamente neste boletim por contemplarem uma diversidade de problemáticas presentes também nos outros estudos localizados. De modo geral, após a leitura dos artigos, observamos que esses abordam algumas temáticas em comum, por exemplo: dificuldades da prática docente no contexto da pandemia; gestão escolar e o enfrentamento aos desafios potencializados com a pandemia; desigualdade tecnológica; desigualdade social no país que repercute na educação, são as discussões mais presentes.

Dentre as diversas reflexões apresentadas nos artigos, uma delas nos leva a pensar os objetivos do governo com relação ao investimento no ensino público, e mostra que o ensino elitista no Brasil nunca deixou de existir. Queiroz, Sousa e Paula (2021) ressaltam que uma das principais dificuldades encontradas no ensino remoto está relacionada aos problemas tecnológicos, como: falta de internet e computadores.

Além disso, estudantes de instituições privadas de ensino sofreram menor impacto durante a pandemia, enquanto 39% dos/as alunos/as de instituições públicas não possuem sequer um aparelho celular, segundo a pesquisa da TIC educação 2019 lançada em junho de 2020 (CGI, 2020). A falta de interação dos/as estudantes com a ambiência escolar é também uma dificuldade levantada pelos/as autores/as, e as dificuldades pedagógicas dos/as professores/as para lidar com as tecnologias, consequência dos anos de desvalorização e exploração trabalhista, conforme ressaltam Neves, Fialho e Machado (2021), além de que os/as docentes passaram a ter mais demandas e exigências no trabalho remoto. O que chama atenção também é a potencialização da falta de investimento, de apoio aos/as professores/as, a desvalorização dos/as profissionais, em particular, e da educação em geral.

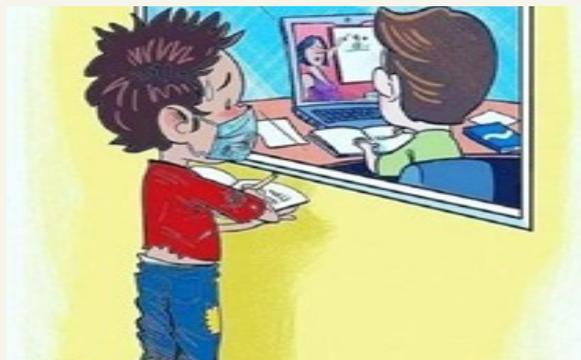


Imagem 1: exclusão social e educação na pandemia. Fonte: brasildefato.com.br

Observamos que as diversas problemáticas levantadas durante o ensino remoto somadas a problemáticas já existentes na educação, são frutos da falta de investimento nesse setor e na formação continuada dos/as professores/as de diferentes escolaridades e instituições de ensino. Embora o uso da tecnologia tenha sido essencial para dar continuidade ao ensino de forma remota, a mudança súbita em que docentes, estudantes e a gestão escolar foram submetidos ocasionou várias limitações decorrentes de falta de estrutura, tecnologia, letramento, suporte e formação pedagógica advindos da desigualdade educacional e social no país, e os/as mais prejudicados/as, como sempre é a população pobre e negra.

REFERÊNCIAS

- NEVES, V. N.; FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. S. Trabalho Docente no Brasil durante a Pandemia da Covid-19. In: **Educação Unisinos**, p. 1-18, 2021. Disponível em: [link](#). Acesso em: 09 Nov. 2021.
- QUEIROZ, M. G.; SOUSA, F. G. A.; PAULA, G. Q. de. Educação e Pandemia: Impactos na aprendizagem de alunos em alfabetização. In: **Ensino em Perspectivas**. Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-9, 2021. Disponível em: [link](#). Acessado em: 09 Nov. 2021.

Texto escrito por Natália Fabiana Lima de Queiroz discente e do curso de Letras da UFRPE-UAST e monitora da disciplina de Psicologia da Educação, Marília Rosália Cordeiro Antas, discente do curso de Letras da UFRPE-UAST e Roseane Amorim da Silva, professora de Psicologia da UFRPE –UAST.

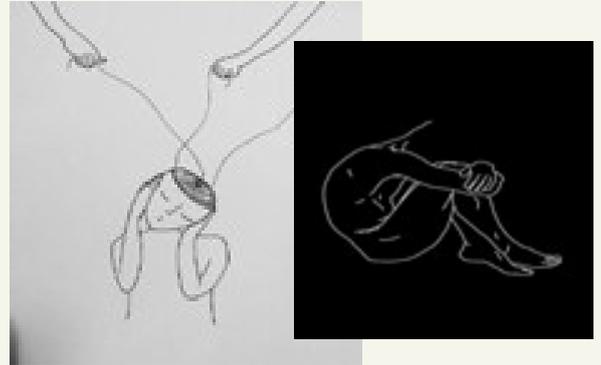
CONFLITOS FAMILIARES RELACIONADOS À ORIENTAÇÃO SEXUAL

Apesar de avanços e conquistas sociais consideravelmente importantes nesse início de século, como a discussão sobre os direitos LGBTQIA+, incluindo o casamento legalmente aceito entre pessoas do mesmo sexo, ainda assim, é complicado lidar com as fobias veladas ou explícitas, sobretudo, com os conflitos que surgem ou são reforçados com relação aos membros da família que não seguem os padrões heteronormativos ou que possuem uma orientação sexual diferente da heteronormativa. São muitas as narrativas de pessoas atendidas na Clínica Escola de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde de Serra Talhada que nos levam à compreensão do fenômeno da homofobia nas relações de poder e dominação e a frequência, entre os jovens, da transgressão de normas e das exigências familiares, sociais e religiosas (PERUCCHI, 2014).

Não se pode definir o órgão genital biológico como fator determinante da sexualidade porque, apesar de muitas expectativas serem geradas a partir do sexo biológico, este não define a pessoa, logo não devem ser considerados como parâmetro para os papéis sociais atribuídos ou projetos a partir dele.

De acordo com Bonassi (2017), as discussões sobre questões binárias perpassam o âmbito familiar. Perucchi (2014) aponta que para muitas famílias não há um consenso sobre o respeito e a liberdade para ser, genuinamente, quem se é. A orientação sexual não é uma questão de escolha, por isso, se deveria ter maior respeito ao direito à autonomia, porém, ainda prevalece a ideia de patologizar aqueles que não se encaixam no modelo padrão da heterossexualidade enquanto função reprodutiva e indispensável para a preservação da espécie. Nesse sentido, os efeitos da imposição heteronormativa podem ser devastadores.

Nesse limbo, existe maior dificuldade na faixa etária da adolescência. Vejamos fragmentos da fala de adolescentes acolhidos na Clínica Escola: "... meu pai me despreza, me ignora." "... preciso me controlar o tempo todo para parecer diferente de quem eu sou". "... não tenho como me sustentar se tivesse já tinha saído de casa". Jovens nos trazem demandas como queixa distante daquilo que, de fato, os levaram a esse espaço: suas narrativas são manifestações concretas que os representam e organizam as conexões que dão sentido à singularidade e à existência do ser.



Imagens: Dores por conflitos familiares. Fonte: pinterest

É importante trazer essa discussão, sobretudo, porque ela se apoia na alegação a partir de fatos reais para que possa ser debatido em outros espaços. Urge um olhar humanizado para essas pessoas em sofrimento, pois, são práticas e discursos de preconceito e discriminação vivenciados no âmbito familiar e na sociedade. Ou seja, a intolerância maquiada pelos discursos de proteção em defesa dos bons costumes e moralmente constituídos, os quais, na verdade, oprimem em lugar de acolher.

O desamparo substancial dessas pessoas pode favorecer o desenvolvimento de sequelas socioemocionais irreversíveis, caso não disponham de espaços que acolham, onde essas vozes sejam ouvidas e sentidas a suas angústias, livres de preconceitos, para que seja possível a visibilidade da integralidade de seus valores pessoais e sociais.

REFERÊNCIAS

- BONASSI, Brune Camilo et al. **Cisnorma**: Acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.
- PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, v. 19, p. 67-76, 2014.

PADRÕES NORMATIVOS E SEUS SIGNIFICADOS

É relevante pensar que ainda estamos vivenciando a terceira década do século XXI e padrões normativos, conservadores e segregadores permanecem imperando e norteando discursos maléficos e inadequados que insistem em invisibilizar a diversidade do povo quando se fala do que rompe com os padrões impostos pelo patriarcado burguês. O que se vê com muita frequência nas relações étnico-raciais no Brasil (sempre assunto de debate e dividindo opiniões) é a imposição normativa. Ou seja, existe algo considerado normal, portanto, aceito socialmente e algo visto como anormal que é excluído e marginalizado. São discursos carregados de violência, dor e marginalização.

Por esse viés, entende-se que quando um/uma jovem negro/a procura ajuda psicológica com a queixa de autorrejeição (MOREIRA, 2011) traz consigo uma carga de sofrimento e que, muitas vezes, a pessoa não consegue compreender e nomear, mas, através de sua narrativa sobre seu corpo, sua cor e seu cabelo, chega-se ao entendimento de que esses têm relações com o racismo estrutural existente na sociedade. O preconceito e a discriminação sofrido pelas pessoas negras desencadeiam várias questões entre elas os estigmas sociais e os sofrimentos psíquicos, podendo resultar em processos de adoecimento psicológico. Esses conflitos preocupam porque sofrem o julgo do processo de racialização que contribui para o afastamento da cultura e história negra.

Então, podemos destacar alguns fragmentos da fala de pessoas atendidas na Clínica Escola de Psicologia da FACISST: “...minha mãe sempre diz que meu cabelo é ruim”. “... minhas amigas dizem que meu cabelo é assassino porque ou está preso ou está armado”. “... meu pai diz que sou ruim e meu cabelo ajuda” “... minha avó disse que nunca gostou de pentear meu cabelo porque ele é ruim e difícil para pentear”.

O padrão do cabelo liso, tem grande peso entre jovens do gênero feminino. Assim, “chapar” o cabelo pode desenvolver o sentimento de pertencimento e, de algum modo, atender estas demandas sociais (MOREIRA, 2011). Essas reproduções são violentas porque estão baseadas no discurso racista, cujo sujeito que o reproduz internalizou como verdade absoluta, sem grandes questionamentos. São comportamentos explícitos de racismo que fixam em posições subalternas ou de inferioridade, porém as pessoas reproduzem mesmo sendo negras porque internalizaram padrões normativos a partir da concepção de que “cabelo bom” é “cabelo liso”. Esse processo de inquirição e elaboração conceitual se dá sobre construtos derivados da história, mas é perigoso alimentar estas construções, pois, provocam ou desencadeiam sofrimentos mesmo que inadvertidamente.

Logo, a busca por sentido às suas agruras convida-nos a refletir o quanto a sustentação dos padrões normativos encarcera o sujeito a ponto de negar sua cor e a grandeza da diversidade de nossa gente. Portanto, suplantar ideias enrijecidas e reproduzir comportamentos sobre o não reconhecimento de si mesmo pode ter efeitos devastadores.

REFERÊNCIA

MOREIRA, Nilvaci Leite de Magalhães. Discriminação Racial E De Gênero: Desafios De Jovens Adolescentes Negras No Espaço Escolar. **Revista Fórum Identidades**, vol.10, n.10, 2011. Disponível em: [link](#)

Texto escrito por Marinalva Maria de Lima, discente do 10º período da Faculdade de Ciências da Saúde de Serra Talhada (FACISST) e estagiária da Clínica Escola de Psicologia.



PARA SABER MAIS:

Se você se interessar por ler mais sobre como a psicologia pode se debruçar sobre questões raciais, recomendamos a leitura da pesquisa sobre pesquisas intitulada *Psicologia, Raça e Racismo: uma Reflexão Sobre a Produção Intelectual Brasileira*, da autora Roberta Maria Federico.

DADÁ RECOMENDA

O PESO E A MÍDIA

Fruto da [tese de doutoramento](#) de Agnes Arruda, e estudo inovador na área de Comunicação, a obra aborda a íntima relação entre as mídias e a gordofobia por meio de uma investigação que identificou, inicialmente, que essa relação se dá mais nas entrelinhas que de forma óbvia.

O estudo partiu da hipótese de que a gordofobia é um preconceito criado, mantido e incentivado a partir do 'bios midiático'. Logo, ao mesmo tempo em que gera, é gerado pelo apagamento do corpo da pessoa gorda na concretude da carne e na virtualidade da mídia eletrônica hegemônica.

Assim, foi por meio da autoetnografia, utilizando a técnica da narrativa biográfica, cruzada com exemplos oriundos de diferente mídias (uma novela mexicana, um seriado americano de grande sucesso no Brasil, uma produção de Hollywood e uma notícia de um portal brasileiro sobre celebridades), que a autora buscou a comprovação dessa relação.

Sua escrita rompe anos de silêncio sobre as piadas que ouviu na infância, as angústias de conflituosa juventude, a infinidade de padrões e clichês que deveria alcançar, na vida adulta, em troca de aceitação social.

Agnes Arruda é jornalista, mestre e doutora em Comunicação. Para conhecer mais sobre as pesquisas e produções da autora, vale conferir os canais [Tamanho Grande](#) e [Professora Agnes](#).



Imagem 1: O Peso e A Mídia.
Fonte: Alameda Casa Editorial.

DECOLONIZAR VALORES: ÉTICA E DIFERENÇA

Enveredando novamente pelas reflexões sobre ética (o autor já havia abordado o assunto em *Senso: Inflexões Éticas*), definida pelo autor como um “lugar da filosofia que pensa sobre a composição do bem comum e a possibilidade de analisar os critérios e os fundamentos da ação dos sujeitos em relação concretamente”. Em sua obra, o autor pontua que o pensamento ético deixa de lado outras configurações de subjetividade em favor de um universal abstrato não localizado e sem corpo.

Considerando a história colonial de nossa sociedade, estruturada a partir de várias violências, o autor propõe a reflexão ética para questionar os valores morais naturalizados. A ética, então, se torna um ato de subversão de valores que colocam sujeitos em risco por serem como dissidentes e marginalizados. A proposta do livro, então, é pensar o bem comum para além das limitações normativas coloniais, questionar a ausência de outras vozes e outros corpos nos espaços de poder e de conhecimento para quebrar “espelhos coloniais” e colocar em xeque a convivência com os estatutos de subalternização que ainda circulam entre nós.

Thiago Teixeira é professor do Departamento de Filosofia da PUC Minas e também professor da Plataforma Feminismos Plurais. Para ouvir mais sobre o autor e sua obra é possível conferir o [podcast Plurais](#) ou suas colunas na [Revista Senso](#).

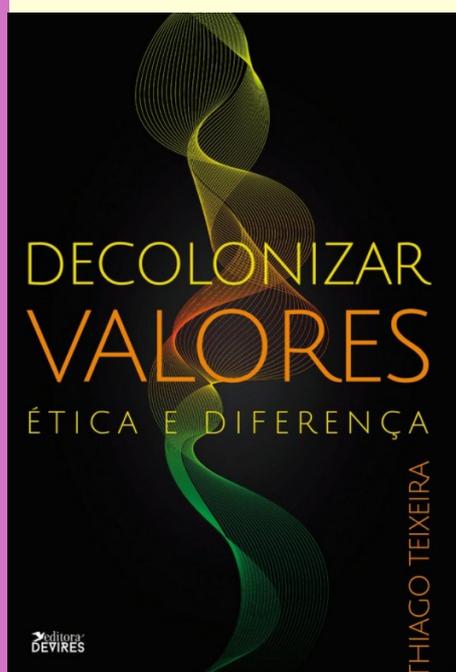


Imagem 1: Livro Decolonizar Valores.
Fonte: Queer Livros

Boletim Informativo

Publicação: Semestral ISSN 2595-766X

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade exclusiva de quem as autora/assina.

Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Unidade Acadêmica de Serra Talhada
Avenida Gregório Ferraz Nogueira, S/N, José Tomé de
Souza Ramos, CEP: 56909-535. Serra Talhada – PE

EQUIPE EDITORIAL

Larissa de Pinho Cavalcanti
Lorena Lima de Moraes
Nicole Louise Macedo Teles de Pontes
Roseane Amorim da Silva

INTEGRANTES DO DADÁ

Beatriz Aldenice dos Santos Silva
Daniel José da Silva
Josefa Karolyne do Nascimento Bezerra
Marcela Cássia Benício Figueiredo
Maria Gabriele B. dos Santos
Maria Marcia da Silva
Myllene Vytorya da S. Santana
Rayanna Sophia de Souza
Roberta C. F. de Souza Gomes
Roseane Amorim da Silva
Thiago Araújo da Silveira

AESET

Heleno Pereira Nunes
Luísa Marianna Vieira da Cruz

IF SERTÃO - PE

Valéria Costa

Comissão LGBT da OAB - Serra Talhada

Pedro da Silva Queiroz
Polly Santos

UPE

Felipo Bona

OUTRAS INSTITUIÇÕES

Jônatan David Santos Pereira
Juliana Nascimento Funari
Robson A. da Costa Silva
Shana Sampaio Sieber
Vladmir Bezerra



Siga nossas páginas e fique por dentro das nossas atividades!

**www.grupodada.com.br
[@dadaufrpe](https://www.instagram.com/dadaufrpe)**

PARA SUBMISSÕES

O Boletim é publicado semestralmente (ago e dez). As propostas deverão observar as temáticas específicas e afins do Grupo e serem enviadas para: dadaufrpe@gmail.com. Os textos submetidos poderão ter até 200 palavras com opção de 1 imagem ou até 400 palavras, com opção de até 2 imagens. As imagens (fotos, ilustrações ou gráficos) precisam estar em alta resolução, com suas respectivas legendas e com fontes identificadas. São aceitos textos com até 4 assinantes. Ao final do texto, trazer nome completo e bio acadêmica de cada autor em até 2 linhas.

O texto segue formatação em Liberation Serif, título centralizado, caixa alta, negrito, tamanho 12; texto fonte 12, espaço simples, parágrafo 0,5cm; identificação de autoria e legendas de imagens em fonte 11.